



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2006/2007 -

Faculdade

Ciências da Economia e da Empresa

Licenciatura

Contabilidade

Unidade Curricular

Introdução ao Estudo do Direito

Ano: 1º

Tipo: 1º Semestre

Nº ECTS: 6

Regente

Mestre Albino Mendes Baptista

Assistente

-

Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas:

Aulas Teórico-práticas: 2

Orientação Tutorial: 1

Língua de Ensino

Português

Objectivos Gerais

- Sensibilizar para a importância do direito no enquadramento dos temas económicos
- Compreender a intervenção no direito na solução dos problemas da economia
- Facultar os quadros mentais fundamentais para uma compreensão global da realidade económica

Objectivos Específicos

- Compreender a importância social e económica do Direito
- Entender a relevância da justiça
- Compreender a relação entre as várias fontes normativas
- Manipular diplomas legais
- Saber interpretar normas jurídicas.



A.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Competências a adquirir

- Noção de Direito
- A Justiça e o Direito
- Elementos do conceito de direito
- Fontes de direito
- A Constituição
- O Direito Comunitário
- Hierarquia das leis
- Feitura das leis
- Cessação da vigência das leis
- Costume
- Jurisprudência
- Doutrina
- Relação jurídica
- Ramos do direito
- O Direito do Trabalho como direito privado especial
- Interpretação da lei
- Integração da lei
- Aplicação da lei

Metodologia de Ensino

- Implementar o método da descoberta
- Compreender que o direito se destina a resolver situações da vida.

Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

TÍTULO I – CONCEITO E PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO

CAPÍTULO I – CONCEITO DE DIREITO

1. Noção de Direito
2. A Justiça e o Direito
3. O Positivismo e o Jusnaturalismo
4. O art.º 8.º, n.º 2, do Código Civil

CAPÍTULO II – ELEMENTOS DO CONCEITO DE DIREITO

5. Enunciação
6. Sistema Jurídico
- 6.1. O Direito como sistema
- 6.2. Caracteres do sistema jurídico
7. Norma Jurídica
8. Protecção coactiva
- 8.1. Protecção repressiva: sanções materiais e sanções jurídicas
- 8.2. Protecção preventiva

TÍTULO II – FONTES DE DIREITO

CAPÍTULO I – ENUNCIAÇÃO



A.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

9. Conceito de fonte de direito
10. Enumeração das fontes de direito

CAPÍTULO II – LEI

Secção 1.^a – Conceitos fundamentais: aspecto estático

11. Noção de lei
12. Constituição
13. Lei
14. Regulamentos
15. Resoluções do Conselho de Ministros
16. Portarias
17. Despachos Normativos
18. Direito Internacional
19. Em particular: o Direito Comunitário
20. Hierarquia das leis

Secção 2.^a – Aspecto dinâmico

21. Feitura das leis
22. Diário da República
23. Cessação da vigência das leis: revogação e caducidade
24. Identificação das leis
25. Códigos

CAPÍTULO III – COSTUME

CAPÍTULO IV – JURISPRUDÊNCIA

CAPÍTULO V – DOUTRINA

TÍTULO III – DA RELAÇÃO JURÍDICA

CAPÍTULO I – PRELIMINARES

26. Noção de relação jurídica
27. Elementos da relação jurídica

CAPÍTULO II – SUJEITOS

28. Personalidade jurídica e capacidade jurídica
29. Pessoas singulares e pessoas colectivas

CAPÍTULO III – OBJECTO

30. Preliminares: Objecto imediato e objecto mediato
31. Objecto imediato: Direito subjectivo e vinculação
32. Objecto mediato. Em particular: as coisas



A.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

CAPÍTULO IV – FACTO

- 33. Actos jurídicos simples e negócios jurídicos
- 34. Negócios jurídicos unilaterais e contratos

CAPÍTULO V – GARANTIA

TÍTULO IV – RAMOS DO DIREITO

- 35. Preliminares
- 36. Direito Internacional e Direito Interno
- 37. Direito Público e Direito privado
- 38. Direito privado comum (direito civil) e direitos privados especiais
- 39. Subclassificação do direito civil
- 40. Em especial: o Direito do Trabalho como direito privado especial
- 41. Ramos principais do direito público

TÍTULO V – INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS LEIS

CAPÍTULO I – PRELIMINARES

CAPÍTULO II – INTERPRETAÇÃO DA LEI

- 42. Noções de base
- 43. Espécies de interpretação pela finalidade
- 44. Elementos de interpretação
- 45. Espécies de interpretação pelo resultado
- 46. O art.º 9.º do Código Civil

CAPÍTULO III – INTEGRAÇÃO DA LEI

- 47. Preliminares: Lacunas da lei e a sua integração
- 48. Analogia
- 49. O art.º 11.º do Código Civil
- 50. O art.º 10.º, n.º 3, do Código Civil

CAPÍTULO IV – APLICAÇÃO DA LEI

- 51. Aplicação das leis no tempo
- 52. Aplicação das leis no espaço

Bibliografia Principal

Autor(es)

MENDES, João de Castro

Título

Introdução ao Estudo do Direito



A.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Edição

Reimpr.

Local

Lisboa

Editora

Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Ano

1994

Autor(es)

BAPTISTA, Albino Mendes

Título

Estudos Sobre o Código do Trabalho

Edição

2.^a

Local

Coimbra

Editora

Coimbra Editora

Ano

2006

Bibliografia Complementar**Autor(es)**

ASCENSÃO, J. Oliveira

Título

Direito. Introdução e Teoria Geral

Edição

13.^a

Local

Coimbra



A.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Editora

Almedina

Ano

2005

Autor(es)

MACHADO, J. Baptista

Título

Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador

Edição

Reimp.

Local

Coimbra

Editora

Almedina

Ano

1990

Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes

- Privilegiar a contínua observação do trabalho do aluno
- Realização de, pelo menos, um teste escrito
- Resolução de casos práticos
- Estimular exposições orais preparadas, de cerca de 10 minutos, seguidas de debate
- Controlar a assiduidade dos alunos.

Recursos Didáticos

Os recursos didáticos deverão estar ao serviço do ensino-aprendizagem, de acordo com o pressuposto de que são os alunos que justificam os professores, nos termos que se seguem.

- Estimular a atenção dos alunos e desviá-los da tarefa, muitas vezes mecânica, de tirar apontamentos
- O debate entre os alunos deve ser estimulado
- O aluno deverá ser expressamente autorizado, sempre que o solicitar, sem prejuízo de o fazer de forma oportuna, a interpelar o professor sobre a exposição que está a ser feita
- Intercalar a exposição das matérias com interpelações à participação dos alunos
- Estimular a atenção ao quotidiano, acompanhando notícias com interesse jurídico, implementando formas de interação adequadas
- Valorizar o estudo interdisciplinar das matérias
- Trabalhar correctamente a legislação



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- Possibilitar a comunicação via mail com os alunos (naturalmente que esta exigência, como outras, coloca problemas de disponibilidade do docente incompatível com a inexistência de um estatuto de carreira)
- Entrega ou/e indicação aos alunos de concretos e pontuais elementos de estudo
- Utilização do power point, de forma adequada à unidade curricular, visando sobretudo o sumário da aula
- Ponderar a utilização de materiais filmicos.

Palavras-chave

Lei. Justiça. Constituição. Interpretação.

António Baptista